

A Construção do Estado Imperial brasileiro

Resumo

O Primeiro Reinado (1822-1831)

O processo de independência do Brasil ocorreu em um contexto também marcado pela transferência da Família Real portuguesa para a colônia e pela Revolução Liberal do Porto, deflagrada em Portugal. Insatisfeitos com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e com a permanência do rei em terras brasileiras, as cortes portuguesas, após a revolução, exigiram a retomada do pacto colonial, o retorno de D. João VI à metrópole e a submissão do rei e da colônia à nova Constituição portuguesa. No entanto, como não era de interesse das elites brasileiras o retorno da dominação colonial, e a submissão à Constituição portuguesa, realizaram uma aliança com D. Pedro para a Proclamação da Independência.

Após a proclamação, a independência não foi conquistada sem negociações e lutas, pois mesmo sendo realizada de forma conservadora, pelo próprio D. Pedro, filho do rei de Portugal, houve uma grande dificuldade em consolidar a independência do Brasil, já que havia também grande oposição interna. O período de 1822 à 1831 foi marcado por uma grande turbulência política e social que iniciou o Primeiro Reinado no Brasil. As revoltas contra a emancipação começaram antes mesmo do 7 de setembro. No Norte e Nordeste, militares, políticos e civis portugueses não reconheciam o governo independente, levando o processo a conflitos armados nas províncias do Grão Pará, Maranhão, Piauí e Bahia.

Não bastava, no entanto, solucionar os desentendimentos provinciais. Para que o Brasil tivesse condições de estabelecer um Estado autônomo e soberano, era fundamental que outras importantes nações reconhecessem a sua independência. Assim, em 1824, buscando cumprir sua política de aproximação com as outras nações americanas, os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil.

No entanto, apesar do reconhecimento norte-americano, era fundamental, além disso, que Portugal, na condição de antiga metrópole, reconhecesse o surgimento da nova nação. Nessa conjuntura, a Inglaterra atuou como intermediária na negociação diplomática que viabilizou a assinatura de um acordo em 1825. Para tal, o Brasil assumiu o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para Portugal, porém, na prática, a dívida lusa com a Inglaterra apenas foi transferida para o Brasil.

Assim, para iniciar a construção do novo Estado independente, já em 1823, foi convocada uma Assembleia Constituinte para a elaboração da primeira Constituição. No entanto, a chamada "Constituição da Mandioca" apresentava um projeto que reduzia os poderes do executivo e, naturalmente, não agradava o recém-coroadado Imperador, que dissolveu o plenário e convocou dez conselheiros próximos para a elaboração da Constituição. Esta foi outorgada, ou seja, imposta, em 25 de março de 1824.

A Constituição era autoritária, pois, além dos três poderes (legislativo, judiciário e executivo), D. Pedro I criou um quarto poder, o Moderador, onde ele poderia intervir em todos os outros poderes e em qualquer esfera. Esta Constituição inseriu também o voto censitário: permitido apenas para homens maiores de 25 anos

que comprovassem renda superior a 100 mil réis. Para ser candidato a senador ou deputado era necessária a comprovação de renda (400.000 réis por ano para deputado federal e 800.000 réis para senador), além de ser brasileiro e católico. Os cargos de deputados eram temporários e os de Senador e Conselheiros de Estado eram vitalícios. A Constituição, além disso, instituía o Catolicismo como religião oficial (tolerava os outros cultos desde que domésticos ou em templos descaracterizados) e o padroado dava direito ao imperador de nomear cargos eclesiásticos.

Ainda em 1824 eclodiu a Confederação do Equador, um movimento republicano separatista entre as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que estavam profundamente insatisfeitas com as políticas centralizadoras do imperador. O movimento era composto pela classe média urbana e pelos fazendeiros locais, mas com o desenrolar dos eventos ganhou apoio popular. O movimento foi rapidamente sufocado pelas tropas imperiais.

Quanto as pressões externas, a Guerra da Cisplatina marcou o Primeiro Reinado, pois D. Pedro I teve uma derrota militar que, além de desgastante para a sua imagem, onerou os cofres do país recém independente. A região reivindicava a sua autonomia, mas enfrentava a resistência do imperador, portanto, D. Pedro I enviou tropas para a região, mas, sem sucesso, cedeu a independência em 1828.

Esse cenário de derrotas, pressões políticas, crise econômica e declínio da economia açucareira desgastou imagem do imperador. Somado a isso, um dos grandes opositores do governo, o jornalista Libero Badaró, foi assassinado, gerando desconfianças em relação a D. Pedro I. Além disso, a morte de D. João VI em Portugal iniciou uma crise sucessória, visto que D. Pedro I seria o herdeiro do trono. No retorno de uma viagem a Minas Gerais para conseguir apoio dos fazendeiros, o imperador foi recebido por seus partidários portugueses com uma festa no Palácio, porém, os brasileiros insatisfeitos iniciaram protestos violentos e chegaram a arremessar garrafas contra D. Pedro I, no episódio que ficou conhecida como "**Noite da Garrafadas**", o estopim da crise política que levou a abdicação.

Sem nenhuma condição de continuar no trono devido ao desgaste de seus atos, o imperador abdicou do governo, em 7 de abril de 1831 deixando seu filho Pedro de Alcântara como sucessor do trono. Este, contudo, tinha somente cinco anos, o que levou a nomeação de regentes para a administração do império, inaugurando o Período Regencial.

O Período Regencial (1831-1840)

O "avanço liberal" (1831-1837)

O período regencial pode ser considerado uma vitória liberal, visto que a abdicação durante o recesso parlamentar pôs fim ao governo autoritário e centralizador de D. Pedro I. Esse "avanço liberal" foi marcado por um caráter anti absolutista, pela volta do Ministério dos Brasileiros, a anistia de presos políticos, a suspensão parcial do Poder Moderador e a criação do Ato Adicional de 1834 – uma reforma na Constituição que, entre outros, deu mais autonomia às províncias ao criar Assembleias Legislativas Provinciais. Nesse período foi criada também a Guarda Nacional (1831).

As revoltas regenciais

O período que se iniciou com a renúncia de D. Pedro I foi marcado por revoltas que colocaram em risco a unidade territorial brasileira. Tivemos cinco revoltas principais: Cabanagem, Farroupilha, Malês, Balaiada e Sabinada. Confira abaixo um pouquinho sobre cada uma dessas revoltas.



Cabanagem

Desde a década de 1820, a população do Pará tentava se separar do resto do Brasil. Com a política repressora implementada pelo novo presidente de província, os cabanos (população pobre que habitava choupanas na beira dos rios) se rebelaram contra o governo regencial. Os cabanos dominaram a província, no entanto uma das direções do movimento traiu a rebelião aliando-se às tropas imperiais, o que resultou em uma enorme repressão contra a Cabanagem.

Farroupilha

Quando as principais atividades econômicas do sul – criação de gado (estância) e produção de carne seca (charque) – se viram ameaçadas pela concorrência platina que, por possuir baixas taxas alfandegárias custava mais barato que o charque brasileiro, os sulistas se rebelaram contra o Estado imperial. Com caráter separatista, os farrapos chegaram a fundar duas repúblicas na região sul: a primeira foi a República Rio-Grandense (derrotada pela regência em 1836) e a segunda foi a República Juliana (ou Catarinense). O movimento foi derrotado pelas tropas imperiais, mas os revoltosos foram anistiados e suas terras, que haviam sido confiscadas, foram devolvidas pelo governo imperial.

No entanto, as tropas de ex-escravos foram traídas pelos generais farroupilhas anti-abolicionistas, o império não poderia aceitar a existência de negros livres, armados e treinados, portanto houve uma traição aos Lanceiros Negros por parte do general David Canabarro que os mandou desarmados para a região de Porongos no Rio Grande do Sul onde foram massacrados pelas tropas imperiais. O episódio ainda é investigado por diversos historiadores já que fora encoberto e esquecido pela historiografia oficial devido a sua imensa covardia

para as instituições envolvidas. Acredita-se que sobrevivera cerca de cem lanceiros, que foram incorporados à corpos de cavalaria no Rio Grande do Sul.

Revolta dos Malês

Foi um movimento liderado por escravizados muçulmanos (malês) e alfabetizados em árabe, que pegaram em armas com o objetivo de libertar Salvador e o Recôncavo, para instituir uma espécie de califado islâmico nessas regiões libertando os escravizados baianos. O movimento acabou sendo delatado por uma liberta e a rebelião foi logo reprimida e os acusados foram fortemente reprimidos. Apesar da curta duração, o movimento de Malês deixou um grande temor de novos levantes escravos no Brasil.

Sabinada

O nome da rebelião vem de seu principal líder, o jornalista e médico, Francisco Sabino. Foi um movimento de classes médias contra a centralização política. Apesar de os rebeldes terem chegado a declarar a independência da Bahia, as oscilações sobre o projeto adotado pelo movimento e a repressão imperial fizeram com que fracassasse.

Balaiada

A Balaiada surgiu de um confronto entre dois grupos rivais do Maranhão, os cabanos (conservadores) e os bem-te-vis (liberais), que brigavam pelo controle político da região. No entanto, as classes populares se atrelaram a esse conflito reivindicando melhores condições de vida. Portanto, não foi um movimento unificado, pois congregava classes populares e médias. Com o crescimento da revolta popular, que conseguiu tomar a cidade de Caxias, as classe médias recuaram facilitando a repressão do movimento pelas forças imperiais.

O “regresso conservador” (1837-1840)

Diante da forte oposição dos conservadores e das inúmeras revoltas que eclodiram durante seu mandato, o regente Feijó renunciou ao cargo e Araújo Lima foi eleito. Esse foi o início do “regresso conservador”. Neste período foi revogada grande parte das medidas liberais. Foi criada a Lei interpretativa do Ato Adicional que visava centralizar o poder, tirando a autonomia das províncias. Com esse regresso conservador, os políticos progressistas pressionaram para a ascensão de Pedro de Alcântara. Realizado em 1840, o Golpe da Maioridade deu início ao Segundo Reinado.

O Segundo Reinado (1840-1889)

O Golpe da Maioridade



Coroação de D. Pedro II

Com a persistência das revoltas (Balaiada e Farroupilha), as agitações políticas entre liberais e conservadores e para tirar a regência conservadora do poder, os liberais no senado e na câmara se unificaram e decidiram pôr fim a instabilidade causada pelas regências colocando o imperador, mesmo com catorze anos de idade, no poder. Estes incitaram o povo para pressionar o senado conservador a aceitar a medida, e em vinte e quatro de julho de 1840 foi aceita a antecipação, conhecida como “golpe da maioridade”.

O Segundo Reinado (1840-1889)

Em 1840, D. Pedro II criou o Conselho de Ministros, um parlamentarismo com o próprio imperador presidindo o conselho. Esse modelo foi denominado mais tarde como “parlamentarismo às avessas” ou “parlamento a brasileira” já que – ao contrário do modelo inglês - o imperador escolhia o chefe do poder executivo e não o parlamento.

A política externa foi marcada pelo fim da “Questão do Prata”, onde o imperador usou de políticas intervencionistas para afirmar seu poder na América do Sul. Na política interna, a afirmação de seu poder veio com o fim da Guerra dos Farrapos, assim como combatendo a Revolução Praieira em 1850 e afirmando a presença imperial no Nordeste.

No âmbito econômico, o Brasil era exportador primário com foco na produção de café, produzido sobretudo na região do Vale do Paraíba fluminense (a primeira a entrar em declínio) e no oeste paulista. Ao longo do Segundo Reinado, além disso, importantes medidas econômicas foram aprovadas, como a tarifa Alves Branco, que aumentou as tarifas para produtos estrangeiros no país. Após sua aprovação, ocorreram os primeiros surtos industriais, patrocinados pelo conhecido Barão de Mauá.

Nesse mesmo contexto foi aprovada a Lei de Terras (1850), cujo objetivo era regulamentar o acesso a terra no Brasil, acabando com as sesmarias e impedindo que imigrantes ou libertos tomassem posse de terras. Desta forma, a lei contribuiu para consolidar o cenário de concentração fundiária presente no Brasil. A sua aprovação deve ser associada também a Lei Eusébio de Queirós (1850), visto que, após a proibição da entrada

de novos escravizados no Brasil, sabia-se que haveria o incentivo a entrada de mão de obra assalariada dos imigrantes europeus (a quem deveria-se dificultar o acesso a terra).



Sociedade

A gradual libertação dos escravizados e as campanhas para a entrada de imigrantes contribuiu para o crescimento da população urbana e, em conjunto com o início da industrialização, promoveu uma mudança do centro da vida brasileira do campo para a cidade, o que ajudou no florescimento de uma nova cultura brasileira, com o surgimento de movimentos literários como o Naturalismo e o Realismo, com importantes nomes como Aloísio de Azevedo e Machado de Assis.

Revolução Praieira

O segundo reinado foi marcado também pela chamada Revolução Praieira, que eclodiu em 1848 em Pernambuco e durou até 1850. A revolta tinha o caráter liberal e separatista, a causa imediata do conflito foi a remoção de Chicorro Gama da presidência da província, este, como os revoltosos, era contra os grandes latifúndios e a elite ligada à produção de açúcar, denunciava as condições miseráveis das classes mais baixas e o domínio do comércio varejista pelos portugueses. As principais demandas dos revoltosos eram: voto livre, liberdade de imprensa completa, comércio varejista como exclusividade brasileira, independência dos poderes e o fim do poder moderador. A revolta recebeu grande apoio popular, mas foi suprimida com força por D. Pedro II que se afirmou no poder. Após a vitória imperial, seguiram-se as negociações de paz, os líderes foram anistiados em 1851 e voltaram a suas propriedades, ao contrário dos combatentes das classes baixas que em sua maioria foram fuzilados.

Exercícios

1. Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:
 - a) pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros.
 - b) porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da independência dos Estados Unidos.
 - c) como consequência do processo político desencadeado pela instalação da corte portuguesa na colônia.
 - d) pelo fascínio que a pompa e o luxo da corte monárquica exerciam sobre os colonos.
 - e) em oposição ao regime republicano português implantado pelas cortes.

2. A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, apresentava uma novidade em relação às monarquias constitucionais existentes no Ocidente: a existência de um quarto poder, o Poder Moderador, idealizado pelo pensador liberal suíço Henri-Benjamim Constant de Rebecque, mas que na prática funcionava de maneira oposta à que ele havia concebido. Sobre as características do Poder Moderador criado pela Constituição de 1824, é CORRETO afirmar que ele assegurava:
 - a) a liberdade de imprensa no país.
 - b) o equilíbrio entre os demais poderes.
 - c) a participação do povo nas eleições.
 - d) o controle dos órgãos do Estado pelo Imperador.
 - e) a igualdade de todos perante as leis.

3. A Confederação do Equador, movimento que eclodiu em Pernambuco em julho de 1824, caracterizou-se por:
 - a) ser um movimento contrário às medidas da Corte Portuguesa, que visava favorecer o monopólio do comércio.
 - b) uma oposição a medidas centralizadoras e absolutistas do Primeiro Reinado, sendo um movimento republicano.
 - c) garantir a integridade do território brasileiro e a centralização administrativa.
 - d) ser um movimento contrário à maçonaria, clero e demais associações absolutistas.
 - e) levar seu principal líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, à liderança da Constituinte de 1824.

4. "Nas Revoltas subsequentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização. Em 1842, pelo contrário, o que se via à frente do movimento era a flor da sociedade brasileira, tudo que as províncias contavam de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza."

TIMANDRO. "O libelo do povo", 1849

O texto anterior estabelece uma comparação entre a composição social das rebeliões do início do período regencial e da revolução liberal de 1842. Essa visão refletia as distorções do ponto de vista da elite senhorial escravista ao julgar os movimentos populares. Historicamente, a CABANAGEM e a BALAIADA são consideradas:

- a) grandes revoltas de escravos, liberadas por Zumbi dos Palmares.
 - b) revoltas contra a dominação da metrópole portuguesa, no contexto da crise do antigo sistema colonial.
 - c) revoltas de proprietários brancos, contrários à centralização política em torno da pessoa do Imperador.
 - d) conflitos raciais e de classe, envolvendo índios, vaqueiros, negros livres e escravos.
 - e) rebeliões sociais que, com o apoio dos militares, pretendiam a proclamação da república e o fim da monarquia.
5. Observe o seguinte depoimento:
"... Nasci e me criei no tempo da regência e nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico."

Justiniano José da Rocha

Partindo do comentário apresentado, é correto afirmar que:

- a) a constante afluência às ruas resultava do crescimento comercial, registrado durante a Regência, nas principais cidades do país.
- b) a ociosidade da nobreza brasileira estimulava a valorização dos passeios constantes nas ruas e praças do Rio de Janeiro.
- c) o comércio ambulante, a cargo de escravos que eram transferidos do setor rural para as cidades, complementava a renda de seus senhores de engenhos.
- d) a influência italiana nos usos e costumes da sociedade do Rio de Janeiro modificou a tradição da vida reclusa às residências.
- e) a turbulência política desse período se fazia presente através das revoltas e manifestações populares nas ruas da Capital do Brasil.

6. Em 1838, o deputado Bernardo Pereira Vasconcelos escrevia: "Fui liberal, então a liberdade era nova para o país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo, fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram(...)"
O texto se reporta:
- a) ao Ato Adicional, à instabilidade política dele decorrente e as constantes ameaças de fragmentação do território.
 - b) ao Golpe da Maioridade, estratégia usada pelos liberais, que favoreceu o grupo de políticos palacianos.
 - c) ao declínio do império, abalado pelas crises militar e da abolição.
 - d) à crise sucessória portuguesa e à conseqüente abdicação de Pedro I.
 - e) ao Ministério da Conciliação, marcado pela estabilidade econômica e pela aliança entre liberais e conservadores.
7. O crescimento industrial na cidade de São Paulo foi especialmente favorecido por duas medidas de grande repercussão econômica: a tarifa Alves Branco (1844) e a lei Eusébio de Queirós (1850). Elas estabeleceram, respectivamente:
- a) a fixação do preço mínimo da saca de café e a autorização para o funcionamento de manufaturas em São Paulo.
 - b) a redução das taxas alfandegárias para os produtos importados da Inglaterra e a abertura dos portos.
 - c) o subsídio governamental à produção de café no Vale do Paraíba e a instituição do sistema de parceria.
 - d) o aumento dos impostos sobre os produtos estrangeiros importados e a extinção do tráfico negreiro.
 - e) a isenção de tributos sobre artigos manufaturados e a concessão de terras para imigrantes europeus

8. "A 3 de setembro de 1825, partimos do Rio de Janeiro. Um vento fresco ajudou-nos a vencer, em 24 horas, a travessia de 70 léguas, até Santos, e isto significou dupla vantagem, porque a embarcação conduzia, também, 65 negros novos, infeccionados por sarna da cabeça aos pés'. Assim começa o mais vivo, completo e bem documentado relato da famosa Expedição de Langsdorff, que na sua derradeira e longa etapa, entre 1825 e 1829, percorreu o vasto e ainda bravio interior do Brasil, por via terrestre e fluvial - do Tietê ao Amazonas. Seu autor é um jovem francês de 21 anos, Hercules Florence, no cargo de desenhista topográfico. Encantado com as maravilhas das terras brasileiras e com seu povo hospitaleiro, Hercules Florence permaneceu aqui, ao término da expedição, escolhendo a então Vila de São Carlos, como Campinas foi conhecida até 1842, para viver o resto de sua vida. Florence morreu em 27 de março de 1879 (...)."

Revista: "Scientific American Brasil", n. 7, São Paulo: Ediouro, 2002. p. 60

O jovem francês partiu do Rio de Janeiro, em 1825, aventurou-se por várias regiões do Brasil, fixando residência na Cidade de Campinas, até 1879. Considerando o triângulo percorrido pelo jovem - Rio de Janeiro, Santos e Campinas - e os fatos históricos no período mencionado, pode-se afirmar que:

- a) o Porto de Santos tornou-se conhecido, naquele contexto histórico, por ter sido o local escolhido pelo governo brasileiro para o controle de toda a exportação do café, que era produzido tanto no Vale do Paraíba como no Oeste Paulista.
- b) o jovem francês partiu do Rio de Janeiro no momento em que a produção cafeeira no Vale do Paraíba declinava, trazendo prejuízos incalculáveis aos fazendeiros que fizeram altos investimentos com a compra de escravos.
- c) Florence faleceu durante o período em que a cidade de Campinas registrava uma crise violenta da economia cafeeira, recuperando-se apenas no final do século com a retomada do ciclo econômico açucareiro.
- d) o Porto de Santos teve um papel secundário no contexto de desenvolvimento econômico na segunda metade do século XIX, pois o mesmo não atendia às normas de segurança determinadas pelas exportadoras de café.
- e) Florence esteve no Brasil durante o período da ascensão da produção cafeeira no Vale do Paraíba, presenciando inclusive a crise e a ascensão desse produto na região do Oeste Paulista.

9. “Sob os preceitos do Iluminismo (...) a Academia Francesa de Ciências assumiu a incumbência de criar medições padronizadas. (...) A Academia convencionou que a unidade-padrão de comprimento seria a décima milionésima parte da distância entre o Pólo Norte e o Equador. (...) Os padrões de massa e de volume foram calculados a partir do metro, seguindo o mesmo princípio. O grama foi definido como a massa de 1 decímetro cúbico de água pura a 4 °C, temperatura em que atinge a maior densidade. O litro passou a equivaler ao volume de um cubo com 10 centímetros de lado (ou seja, 1 centímetro cúbico). Foi uma mudança e tanto. (...) Apesar da revolução no pensamento e na concepção de mundo, um fator não mudou: as medidas continuaram a ser usadas como instrumento de poder. (...) Na época, dois impérios rivalizavam em equilíbrio de poder: o francês, sob o comando de Napoleão Bonaparte, e o inglês. Por isso, a França e todos sob sua influência direta ou indireta adotaram o sistema métrico decimal, como o Brasil, que, em 1862, por decreto de dom Pedro II, abandonou as medidas de varas, braças, léguas e quintais para aderir ao metro.”

Revista "Superinteressante", n. 186, São Paulo: Abril, 2003. p. 45-6

A sociedade imperial brasileira herdou várias influências europeias. Além do sistema métrico, no Segundo Reinado adotou-se na prática o parlamentarismo no Brasil, por influência inglesa. No entanto, este diferia do inglês, uma vez que o:

- a) partido que detinha a maioria no Parlamento indicava o primeiro-ministro, que muitas vezes vetou determinados projetos de lei provenientes do poder imperial.
 - b) o gabinete não dependia inteiramente do Parlamento mas, principalmente, do Poder Moderador.
 - c) poder legislativo tinha autonomia política para indicar os membros do gabinete ministerial e para dissolvê-lo quando este fosse incompatível com o Senado.
 - d) parlamento brasileiro era mais democrático, pois previa a participação das mulheres nas eleições provinciais.
 - e) imperador acumulava as funções de monarca e de primeiro-ministro, previsto inclusive na Constituição de 1824
10. Comparando a atividade cafeeira com a atividade açucareira, no Brasil na primeira metade do século XIX, pode-se afirmar que:
- a) as duas atividades, pela sua localização, incrementaram o comércio, as cidades regionais, a indústria nacional e a construção de ferrovias.
 - b) as duas atividades basearam-se na grande propriedade monocultora, na mão-de-obra escrava e na utilização de recursos técnicos rudimentares.
 - c) a primeira concentrou-se inicialmente no oeste paulista, apesar de a região não possuir relevo e solos adequados ao cultivo.
 - d) na segunda, por se tratar de uma cultura temporária, havia um custo menor de instalação desde o plantio até a sua transformação.
 - e) a primeira usou as colônias de parceria como forma de suprir a escassez de mão-de-obra, desde as primeiras áreas cultivadas no período colonial.

Gabarito

1. **C**

A escolha pela monarquia se deu, primeiramente, pois foi o príncipe regente que proclamou a independência. Além disso, havia o interesse das elites em manter a ordem escravocrata, centralizadora e unitária.

2. **D**

A criação do Poder Moderador permitia a D. Pedro poderia intervir nos poderes anulando a interdependência entre eles.

3. **B**

A insatisfação com a falta de autonomia provincial foi um dos principais motivos do movimento, assim como com o autoritarismo de D. Pedro II, que dissolveu a constituinte de 1823.

4. **D**

A participação de camadas populares nessas revoltas é fator fundamental para que entendamos a visão disseminada pelas elites em relação a tais movimentos.

5. **E**

Este período foi marcado por revoltas nas áreas urbanas e rurais.

6. **A**

O ato adicional deu liberdade às províncias, o que incitou diversas revoltas. A posterior centralização ocorre devido ao temor de que haja uma possível fragmentação territorial.

7. **D**

O aumento de impostos buscava favorecer o mercado interno; e o fim do tráfico negreiro, além de influenciar na abolição, contribuiu para o início do incentivo a entrada de imigrantes no país.

8. **E**

A independência e a prosperidade do café nos primeiros anos de império atraiu diversos imigrantes que ajudaram a documentar a vida das pessoas comuns.

9. **B**

O parlamentarismo às avessas era inspirado no britânico, mas executado ao contrário, uma vez que o imperador possuía poderes acima do parlamento.

10. **B**

Antes da migração para o Oeste Paulista, o café não tinha um modo de produção inserido na lógica capitalista. Utilizava-se majoritariamente mão de obra escrava e técnicas rudimentares, tal qual a produção de cana de açúcar.